

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Imigração de Mulheres Brasileiras e sua Inserção no Mercado de Trabalho em Portugal .

Thais França da Silva.

Cita:

Thais França da Silva (2009). *Imigração de Mulheres Brasileiras e sua Inserção no Mercado de Trabalho em Portugal. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/838>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Imigração de Mulheres Brasileiras e sua Inserção no Mercado de Trabalho em Portugal

Autora: Thais França da Silva

Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdade Social e Sindicalismo – Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra.

A construção de “gênero” como uma categoria analítica teve início com a percepção da existência de uma diferença entre distinção entre sexo biológico e o sexo social, durante a segunda onda do feminismo. A partir de então, o gênero passou a figurar como uma categoria transversal às várias disciplinas das ciências humanas e sociais. Segundo Ferreira (2004) gênero trata-se de uma classificação social do feminino e masculino, um produto resultante das práticas e discursos culturais, que vai além das diferenças biológicas. As diferenças entre homens e mulheres são, portanto, construídas pela conjuntura social, econômica e cultural de cada sociedade. Essas diferenças, por sua vez, legitimam as relações estruturais de desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres.

As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a constituição social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino (...). O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. (Soares, 2004, pp. 113-114).

Desta forma, no nosso estudo, gênero é compreendido a partir de uma perspectiva integrativa, que considera a construção social das diferenças e os aspectos simbólicos, estruturais, ideológicos, materiais, internacionais e institucionais (Grassi & Évora, 2007). Procuramos assim, responder a questão de como a diferença de sexo é construída e mantida a fim de justificar as desigualdades de gênero. Nesse sentido, gênero será a categoria eixo das nossas análises, a partir dos seus desdobramentos e implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Uma das principais características da sociedade contemporânea é sua imersão em um contexto globalizado, onde as fronteiras geográficas e os limites de mercado apresentam-se cada vez mais fluídos (Bauman, 1998). A problemática demográfica dos países desenvolvidos, o envelhecimento da população, as baixas taxas de natalidade e o aumento das migrações – principalmente no sentido dos países do Sul para o Norte – levam necessariamente a uma modificação radical das relações de trabalho tradicionais e afetam diretamente a composição da força de trabalho (Rousseau, 1997).

Os movimentos de populações têm sido uma constante na história da humanidade, seja como consequência de mudanças ambientais, explosões demográficas ou necessidades econômicas. Atualmente, com o desenvolvimento das novas tecnologias, que facilitam e barateiam os custos do deslocamento geográfico, os fluxos migratórios adquirem uma especial relevância devido ao seu alcance, pois todos os países do mundo estão implicados nos movimentos de entradas e saídas de

indivíduos: “*todos são países de origem, de trânsito ou de destino de migrantes, ou então as duas ou as três situações a um só tempo*” (Rippol, 2006, p. 02.).

Entendemos migração como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas. “*Así una característica que singulariza el fenomeno em nuestro dias es la diversidad de formas que revisten las migraciones: diferentes motivaciones para emigrar, migraciones temporales, de larga duracion, de baja y alta qualificacion, máfias de trafico de personas, migraciones por gênero*” (Carrapanós & Llovera, 2008, p. 36).

O aumento dos fluxos migratórios, juntamente com as mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas (movimentos feministas, dissolução da URSS, criação de blocos econômicos – União Européia, Mercosul –, desenvolvimento e inserção de novas tecnologias no mercado de trabalho) permitiu que uma multiplicidade de novos atores – mulheres, imigrantes, jovens – fossem integrados ao mercado de trabalho.

Essas mudanças também afetaram o lugar que alguns países ocupavam nas correntes migratórias, como é o caso de Portugal e Brasil. Nos últimos 25 anos, Brasil e Portugal assumiram papéis diferentes na dinâmica migratória internacional. O Brasil, apesar de seu forte histórico de imigração, vem convertendo-se gradualmente em foco de emigração. Ao mesmo tempo, Portugal vivenciou o oposto, quando passou a acolher cada vez maiores populações de outros países (Machado, 2007). Em relação à classificação de Portugal, Peixoto (2004) advoga a tese de que Portugal ainda não tenha assumido posto de um país de imigração, mas apresenta-se simultaneamente como um país de imigração e emigração. “*Esta simultaneidade coloca Portugal num lugar original à escala da UE: ser ao mesmo tempo receptor e emissor de migrantes. Utilizando a linguagem dos “regimes migratórios”, é de um regime “misto” que se trata*” (p. 16).

Ao longo de quase todo o Século XX Portugal caracterizou-se como um país exportador de mão de obra, especialmente durante a ditadura Caetano/Salazar (1970-1974). O fim da ditadura, a melhoria da qualidade de vida e o aumento da estabilidade econômica com a entrada do país na União Européia permitiram que Portugal vivenciasse a primeira onda de imigração, o retorno de seus filhos emigrados, e, posteriormente, a entrada de imigrantes com baixo nível de formação vindo das ex-colônias, principalmente Cabo-verde, Angola e Moçambique (Baganha & Góis, 1999).

Durante o final da década 80 e o início da década de 90, Portugal deparou-se com um novo fenômeno, uma segunda onda de imigrações que conseqüentemente provocou uma modificação na composição da força de trabalho. Os principais povos a imigrarem foram brasileiros e europeus do leste (ucranianos, russos, moldovos).

A imigração brasileira para Portugal pode ser caracterizada em dois momentos diferentes. Os primeiros brasileiros a imigrarem para Portugal eram tinham altas qualificações e assim, assumiam postos de direção e gerência ou tornavam-se profissionais liberais, principalmente dentistas e arquitetos (Padilha, 2005). Posteriormente, a imigração brasileira para Portugal começou a apontar alguns entraves, em virtude do o grande número de brasileiros e de sua baixa qualificação. Assim, os novos imigrantes brasileiros que chegam em Portugal por volta dos anos 90 passaram a ser alocados principalmente nos postos mais precários.

Nessa nova onda de imigração para Portugal, o número de mulheres tornou-se cada vez mais significativo, chegando a representar quase metade da população imigrante (Hellman, 2006), contudo tal fenômeno permanece ainda quase invisível nas estatísticas. Ao fenômeno migratório múltiplo e complexo devido às suas inúmeras causas (políticas, econômicas, subjetivas), a imigração especificamente feminina acrescenta mais uma variável: o gênero.

Durante muito tempo a migração feminina foi vista como um apêndice da migração masculina, as mulheres não eram consideradas sujeitos autônomos da migração. Seus deslocamentos eram associados sempre ao reagrupamento familiar, contudo como conseqüência das novas dinâmicas da economia e do mercado de trabalho internacionais, do aumento da maior procura de mão de obra feminina, da expansão do setor de serviços, e a um crescente na autonomia e emancipação social das mulheres, a imigração feminina vem ganhando maior visibilidade e um novo caráter. “Assim, no computo das migrações internacionais na actualidade, a migração feminina não está tão vinculada às situações de reagrupamento familiar, observando-se uma tendência crescente de mulheres que emigram sozinhas, com objetivos de melhorar a sua situação pessoal ou de providenciar sustento a filhos ou outros familiares no país de origem” (Albuquerque, 2008, p. 60).

O baixo nível de qualificação, juntamente com a segregação do mercado de trabalho, corrobora para que a inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho aconteça principalmente no mercado informal, em atividades como domésticas, serventes ou faxineiras. Ocupações socialmente destinadas às mulheres, sendo conhecidas pelas suas precárias condições de trabalho e pelas explorações que as rodeiam e reforçam a segregação do mercado de trabalho (Pizarro, 2003).

Aliadas a esse aspecto, as novas políticas migratórias apresentam-se cada vez mais rígidas, contribuindo para uma inserção limitada no mercado de trabalho. Essas políticas não dizem respeito apenas ao processo de legalização da permanência no país, mas incluem também equivalência de títulos e qualificações de estudos. De acordo com Peixoto (2003) a demora no reconhecimento oficial das habilidades e do potencial dos imigrantes apresenta-se como outro importante obstáculo a ser considerado para uma inserção eficiente no mercado de trabalho.

As transformações ocorridas nas diferentes esferas da economia capitalista nas últimas duas décadas, que contribuíram para acelerar os fluxos migratórios levaram, também a um rápido processo de reestruturação produtiva, atingiram diretamente as práticas políticas, culturais e econômicas, provocaram um novo rearranjo da sociedade e a redefinição dos atores sociais, instituições, processos e agendas e afetaram diretamente o mundo do trabalho.

A chamada crise do fordismo, as transformações da base técnica com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a emergência e difusão, em escala global, de novos paradigmas de organização e gestão da produção levaram a uma busca desenfreada pelo aumento da qualidade e flexibilidade ao menor custo, ao mesmo tempo em que engendraram uma reconfiguração no mercado de trabalho. De acordo com Antunes (2004) a informalização, precarização e o aumento de trabalhadores atípicos são as principais características da nova configuração.

Os empregos atípicos (part-time, sub-contratados, terceirizados) tornam-se cada vez mais comuns. Esses trabalhadores são particularmente mais vulneráveis à precariedade contratual, não gozam de todos os direitos remuneratórios e de proteção social e são menos cotados para promoções e desenvolvimento de carreira. Nesse contexto se assiste também a um amplo crescimento dos processos de informalização do trabalho. “A nova informalidade se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades da velha informalidade que são por eles definidos” (Leite, 2008, p. 8).

De acordo com Nogueira (2004) uma das principais conseqüências dessas mudanças no mundo do trabalho dizem respeito ao aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho produtivo. Contudo, é importante perceber que a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi no seu todo benéfica, pois se por um lado houve um crescimento o número de mulheres no mercado de trabalho remunerado, o que contribui para a emancipação feminina, o mesmo não pode ser dito em relação à qualidade desse trabalho.

Kergoat e Hirata (2007) advertem que apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora, a precarização e flexibilização do trabalho têm sexo. Prova disso é que a flexibilização da jornada de trabalho feminina só “é possível porque há uma legitimação social para o emprego

das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino” (p. 600).

As mulheres continuam confinadas a empregos mal remunerados, em condições de contratos mais precárias e menos valorizados. “Trata-se, portanto, de um movimento contraditório, uma vez que, a emancipação parcial, uma consequência do ingresso do trabalho feminino no universo produtivo (tão fortemente destacada por Engels), é alterada de modo significativo, por uma feminização do trabalho que implica simultaneamente uma precarização social e um maior grau de exploração do trabalho” (Nogueira, 2004, p. 25).

O trabalho a tempo parcial mostra-se mais adequada e compatível com as representações em torno do feminino, permitindo, pois a conciliação entre trabalho e responsabilidades domésticas. De acordo com Casaca (2005) isso é possível porque essa modalidade de trabalho é determinada também pela cultura de gênero, pelos diferentes sistemas de regulação laboral e pela diversidade de enquadramentos institucionais. De tal forma que, para a maioria das mulheres o trabalho a tempo parcial apresenta-se como única possibilidade de inserção no mercado produtivo.

Assim, o alto índice de mulheres a exercer trabalho a tempo parcial mostra-se menos como uma inserção legítima, e mais como uma forma de subemprego. Esse regime de trabalho acaba por reforçar a divisão sexual do trabalho, uma vez que contribui para uma compreensão das atividades da mulher como menos importante, sendo visto como um “complemento para a renda familiar” e reafirmando as responsabilidades domésticas como, primordialmente feminina.

No caso de Portugal, ainda que as mulheres constituam uma parcela significativa da força trabalhadora, é importante perceber onde essas mulheres estão localizadas. O aumento do número de empregos em Portugal, devido sua industrialização tardia deu-se principalmente em postos que requeriam poucas qualificações (Ferreira, 2004). Posteriormente, com o desenvolvimento da economia de serviços, houve outro importante momento de criação de postos de trabalho, mas que em sua maioria localizavam-se no setor de serviços, em áreas relacionadas com a educação, saúde e ação social. Percebemos assim que a entradas das mulheres no mercado português dá-se em áreas menos valorizadas e reconhecidas socialmente e em atividades que reafirmam os estereótipos das mulheres como cuidadoras e servidoras.

Concluí-se assim que as mulheres imigrantes configuram-se como um dos grupos sociais mais vulneráveis as novas regulamentações e crescente flexibilização do mercado de trabalho. Constituem-se como a periferia dos trabalhadores, estando excluídos frequentemente de formações, políticas de promoções, oportunidades de desenvolvimento.

Desta feita, a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português não possibilita uma ascensão em relação à situação no Brasil. Defendemos a tese de que independente do nível de qualificação, essas mulheres imigrantes tem pouquíssima ou quase nenhuma chance de trabalhar em alguma atividade que não seja precária. Pois, somado ao fato de serem mulheres, o que significa pertencer a um grupo fortemente desvalorizado no mercado de trabalho, a condição de imigrante dificultaria ainda mais sua inserção no mercado de trabalho, engendrando uma desqualificação de suas competências.

Assim, mostra-se fundamental traçar o perfil dessas mulheres e investigar quais motivos as fazem migrar, sob quais condições ocorre a entrada dessa população em Portugal, quais os principais obstáculos enfrentados, qual o papel das políticas migratórias nesse processo, que tipo de relação elas desenvolvem com o mercado de trabalho, quais as estratégias de inserção que elas utilizam.

7. Referências bibliográficas

- Albuquerque, R. (2008). Mulheres imigrantes e activismos cívico ou de como se vão tecendo laços que permitem construir a cidadania no quotidiano. In: Cunha, T.; Santos, C. (org). Das raízes da participação. AJP.
- Antunes, R., Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade, Campinas*, vol 25, n. 87, pp. 335-351.
- Baganha, M. I., Góis, P. (1999). “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52/52, 229:280.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização e as consequências humanas*, Ed. Jorge Zahar, Rj.
- Caparrós, M. J. E., Llovera, M. D. V. (2008). Mujer, inmigración, trabajo y ciudadanía: empoderando a las mujeres. *Ex æquo*, 17, pp. 35-51.
- Casaca, S. F. (2005). Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia. In Kovács, I. (org) *Flexibilidade e Emprego*. Oeiras: Celta, pp. 55-89.
- Eaton, M. (1999). Immigration in the 1990s: a study of the portuguese labour Market. *European Urban and Regional Studies* 6; 364-381.
- Grassi, M.; Évora, I. (2007). Introdução, in Grassie, M., Évora, I. (org) *Gênero e Migrações cabo Verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Hellermann, C (2006) 'Migrating alone: tackling social capital? women from eastern Europe in Portugal'. *Ethnic and Racial Studies*, 29(6), 1135 – 1152
- Kergoat, D. & Hirata, H. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609.
- Leite, M. P. (2008). O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. 32º Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.
- Machado, J. R. I. (2004). Afetividade e poder entre os imigrantes brasileiros no Porto. *Cadernos pagu* (23), 257-278.
- _____, J. R. I. Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal , Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Número 7 – 2007
<http://nuevomundo.revues.org/document5889.html>.
- _____, (2004). J. R. I. Exclusão anunciada: reflexões sobre a nova lei de imigração portuguesa, acessado em 09/02/2008 <http://www.ufscar.br/~igor/publicados.php>
- Nogueira, C. M. (2004). *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas – SP: Autores Associados.
- Padilla, B. (2005). Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society:

Problems and Possibilities. Socius Working Paper, n 1. acessado em, 25/01/2009 <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200501.pdf>,

Peixoto, J. (2002) 'Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28:3, 483 – 497

Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. Socius Working Paper, n 1. acessado em, 25/01/2009 <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp200402.pdf>

Pereiro, Apontamentos De Antropologia Cultural –Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro- UTAD- antropólogo- 19/02/2008. <http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANTROPOLOGIA%20CULTURAL/5.%20METODOLOGIA%20DA%20INVESTIGA%C7%C3O%20ANTROPOL%D3GICA.doc>

Pizarro, J. M. (2003). El mapa migratório de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género. Proyecto Regional de Población CELADE UNFPA (Fondo de Población de las Naciones Unidas), 44 Santiago de Chile, septiembre.

Ripoll, E. M. (2006). O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha, Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro.

Rousseau, D. M. (1997). Organizational Behavior in the new-organizational era. *Annual Review of Psychology*, 48, 515-546.

Soares, V. (2004). Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: Godinho, T. e Silveira, M. L. (org). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.